



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. EMISSÃO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE FORMAS E PRAZOS DE ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS PREEXISTENTES E DE SUSPENSÃO DAS NORMAS CONSIDERADAS INCOMPATÍVEIS COM O PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA OVAR - MARINHA GRANDE
2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA 2/3 GUILHERME STEPHENS. ADENDA.
3. 25.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 2.ª REVISÃO
4. "REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA OFICINA DA MÚSICA" - CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

5. "REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA MACHADO SANTOS, N.º 1" - CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
6. P.A. N.º 40/2015-AP/DOT - AQUISIÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA PARA OS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS DA RUA MACHADO SANTOS E OFICINA DA MÚSICA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
7. P.A. N.º 75/2012-AP/DOPP - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
8. "REABILITAÇÃO DA CANTINA ESCOLAR DA ORDEM" - CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
9. P.A. N.º 12/2015-AP/DOT - "ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA O LARGO DA REPÚBLICA, EM VIEIRA DE LEIRIA". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
10. "REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO LARGO DA REPÚBLICA - FREGUESIA VIEIRA LEIRIA, CONCELHO DA MARINHA GRANDE" – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
11. P.A. N.º 81/2014-AP/DOT - REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

12. "ARRANJOS EXTERIORES DA CAPELA DO PILADO" - CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
13. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJECTO DA REDE ELÉCTRICA E TELEGESTÃO DA EXPLORAÇÃO DO FURO SL6 DA PEDRULHEIRA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
14. "REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA" - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
15. "CONSTRUÇÃO DE REDE COLETORA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA" - AJUSTE DIRETO N.º 21/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
16. "OBRAS DE REABILITAÇÃO NO MUSEU DO VIDRO" - CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
17. P.A N.º 14/2016-AP/DOT - "ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
18. P.A. N.º 15/2015 "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS PARA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E PROJETO DA REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

19. P.A. N.º 9/2016-AP/DOT - PROJETO DE EXECUÇÃO DA RUA NOVA DO MOINHO DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUEAMENTOS ADJACENTES. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
20. "SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO PAVILHÃO N.º 3 DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES" - CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
21. "CAMPOS DE JOGOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES – MARINHA GRANDE" – CONCURSO PÚBLICO N.º 17/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
22. "REABILITAÇÃO DO CAMPO SINTÉTICO - MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
23. "REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DOS EDIFÍCIOS DO ESTALEIRO MUNICIPAL" - CONCURSO PÚBLICO Nº 15/2015. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
24. "SUBSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA DA COBERTURA DOS EDIFÍCIOS 3 E 5 DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS" – AJUSTE DIRETO N.º 09/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
25. P.A. N.º 93/2015-AP/DAM - "SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE, REVISÃO DE CORTE E REABERTURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA OS ANOS DE 2016 E 2017". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

26. P.A. N.º 68/2014-AP/DAM - “ELABORAÇÃO REGULAMENTO MUNICIPAL SERVIÇOS ABAST.ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFA”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
27. P.A. N.º 9/2015-AP/DCD - “PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE SOM E LUMINOTECNIA PARA ESPETÁCULOS E EVENTOS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS, P/O PERÍODO PREVISTO DE 1 DE MARÇO 2015 DE 31 DE MARÇO DE 2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
28. P.A. N.º 37/2014-AP/DAM/RH – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, PARA O PERÍODO DE OUTUBRO/2014 A SETEMBRO/2017 PARA 285 FUNCIONÁRIOS”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
29. P.A. N.º 45/2015 – AP/DFTI - “SERVIÇOS DE ALUGUER DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
30. P.A. N.º 38/2016-AP/DCD - “TRANSPORTE DE ALUNOS NAS LINHAS URBANAS DA TUMG PARA O ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
31. “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
32. P.A. N.º 47/2016 - AP/DCD - “FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE VIEIRA DE LEIRIA, EB1 DA PASSAGEM E EB1 ANTÓNIO VITORINO PARA O ANO LECTIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

- 33. P.A. N.º 27/2016-AP/DCD - “CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES PARA O ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
- 34. FRANQUIA CONTRATUAL RELATIVA A SINISTRO OCORRIDO / PARTICIPADO ATÉ 31/12/2014 - TENTATIVA DE FURTO NA ESCOLA DO 1º CICLO DA AMIEIRA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
- 35. P.A. N.º 74/2014-AP/DFTI – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2015”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
- 36. P.A. N.º 100/2015-AP/DFTI – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2016”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
- 37. P.A. N.º 68/2015-AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DA MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
- 38. P.A. N.º 101/2015-AP/DAM - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA AQUAMATRIX PARA OS ANOS 2016 E 2017. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

39. **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REDE ELÉTRICA PARA ESPAÇO VOCACIONADO À COLEÇÃO VISITÁVEL DO FUTURO MUSEU DA INDÚSTRIA DOS MOLDES, NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM -PRAÇA STEPHENS, MARINHA GRANDE”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
40. **P.A. N.º 92/2016-AP/DAM – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 9 MESES COM INÍCIO PREVISTO PARA 1 DE FEVEREIRO DE 2017. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
41. **P.A. N.º 65/2016-AP/2016 - “TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES PARA O ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
42. **AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO. REVOGAÇÃO**
43. **PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**
44. **AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**
45. **AUMENTO DO NÍVEL REMUNERATÓRIO DA CHEFE DE UNIDADE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**
46. **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2015/2016 - 2.ª FASE.**
47. **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2016/2017 - 1.ª FASE.**
48. **APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O**

FUNCIONAMENTO DAS RESPETIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.

- 49. APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO, PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO SPORTING CLUBE MARINHENSE, REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO RECINTO DESPORTIVO E DA ÁREA ENVOLVENTE DO MESMO, EM 2016.**
- 50. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORTING CLUBE MARINHENSE.**
- 51. APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A FESTA DA EMBRA 2016.**
- 52. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A REALIZAÇÃO DO 3.º ENCONTRO MINIBASQUETE – 2016.**
- 53. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A REALIZAÇÃO DO TORNEIO DE MINI-HÓQUEI – 2016.**
- 54. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE PARA A REALIZAÇÃO DO 27.º TORNEIO DE XADREZ MEMORIAL DR. JOSÉ VAREDA, DO 28.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA DE SÃO PEDRO DE MOEL, DO 3.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA “SUPER JOVEM” E DO 3.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA “SUPER SÉNIOR” – 2016.**
- 55. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016 - ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS.**
- 56. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE.**
- 57. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE.**

58. APOIO FINANCEIRO AO IDV - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PROVA DE ATLETISMO.
59. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016 - DELEGAÇÃO DISTRITAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON.
60. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO.
61. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORT LISBOA E MARINHA.
62. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL - DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE.
63. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – EAS – ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRANDE.
64. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – STIV-SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA
65. E/9898/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** abriu a reunião, desejando a todos umas Boas Festas.
Seguidamente informou que se ausentará nos pontos 30 e 41, por se tratar de assuntos da TUMG, em que se encontra impedido.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** pediu para ser incluído mais um ponto na ordem do dia, que será o ponto 65, relativo a abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural, onde se inclui o abastecimento à Escola EB 1 Francisco Veríssimo.
Este pedido mereceu a concordância de todos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - EMISSÃO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE FORMAS E PRAZOS DE ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS PREEXISTENTES E DE SUSPENSÃO DAS NORMAS CONSIDERADAS INCOMPATÍVEIS COM O PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA OVAR - MARINHA GRANDE

O **Sr. Presidente** pediu a presença da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, que fez a apresentação dos documentos em apreço, sobre os quais a Câmara terá que emitir parecer, e esclareceu as questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

Em resultado da discussão havida, foi colocada a votação a seguinte proposta:

834 - Presente E/10019/2016 e E/10201/2016, datados de 30 de novembro de 2016 e 09 de dezembro 2016 respetivamente, propondo a emissão de parecer do Órgão Autárquico até ao dia 22 de dezembro 2016, sobre a proposta de forma e prazos de atualização dos planos territoriais preexistentes e de suspensão das normas consideradas incompatíveis com o Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande, adiante designado POC OMG, nos termos de disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 51.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 126.º do RJIGT.

A Câmara Municipal da Marinha Grande depois de apreciar a proposta de formas e prazos de atualização dos planos territoriais preexistentes e de suspensão das normas consideradas incompatíveis com o Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande, adiante designado POC OMG, bem como listagem das normas do PDM incompatíveis com o POC OMG, enviadas pela Agência Portuguesa do Ambiente, que se anexam à presente ata (Anexo 1), delibera:

Informar a Agência Portuguesa do Ambiente que o parecer sobre a proposta de formas e prazos de atualização dos planos territoriais preexistentes e de suspensão das normas consideradas incompatíveis com o Programa da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande é negativo, uma vez que depois de apreciados os elementos do Programa, nomeadamente as Diretivas e o modelo territorial e as implicações que estes têm territorialmente sobre os aglomerados urbanos da Praia da Vieira e S. Pedro de Moel, se verifica que os

mesmos são fortemente lesivos para o concelho, com especial enfoque nas áreas que estão previstas no Plano Diretor Municipal da Marinha Grande como áreas de expansão dos aglomerados da Praia da Vieira e de S. Pedro de Moel.

Reitera-se uma vez mais, a posição do Município da Marinha Grande que o Programa da Orla Costeira se encontra a extravasar o seu âmbito, uma vez que ao condicionar e interditar ações, atividades e funções, em determinadas zonas, está a alterar a classificação do uso do solo definida no plano territorial competente que é o PDMMG.

Mais delibera, solicitar com caráter de urgência, reunião com a APA, dia 27 ou 28 de dezembro de 2016, para apreciação e discussão das questões em causa.
Delibera ainda dar conhecimento da presente deliberação aos municípios envolvidos neste programa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“A presente deliberação, necessária e decorrente da aplicação da alínea b) do n.º 2 do artigo 51.º do RJIGT, visa consubstanciar a publicação de uma Resolução de Conselho de Ministros que publicará e tornará em vigor o Programa da Orla Costeira Ovar Marinha Grande.

Não posso, enquanto presidente desta autarquia, deixar no entanto de referir que o concelho da Marinha Grande tem áreas urbanas do seu território inseridas no âmbito territorial deste programa, as quais resultaram de cedências do próprio Estado para que a Câmara consolidasse os aglomerados urbanos que agora possuímos: S. Pedro de Moel e Praia da Vieira.

Compreendo todo o fenómeno de erosão costeira que temos vindo a assistir e que a Marinha Grande também não foi alheia, e que este programa traduza preocupações emergentes nessa área, não posso deixar de realçar e tal como já reforçado por diversas vezes nos pareceres emitidos pela CMMG que os programas especiais para a concretização dos seus objetivos, estabelecem ações permitidas, condicionadas ou interditas, em função dos respetivos objetivos, não devendo definir ou classificar usos do solo, matérias da competência dos PMOT.

Como refere o preâmbulo do DL 80/2015 de 14 de maio, “...os instrumentos da administração central passam a designar-se programas, no sentido de reforçar o seu caráter de meio de intervenção do Governo na tutela de interesses públicos de âmbito nacional e regional. Não obstante, o plano diretor municipal mantém-se como um instrumento de definição da estratégia municipal ou intermunicipal, estabelecendo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial ao nível local ou sub-regional. Por outro lado, os planos territoriais passam a ser os únicos instrumentos passíveis de determinar a classificação e qualificação do uso do solo, bem como a respetiva execução e programação.”

Ora esta situação não é verdadeiramente acautelada, quando se interdita ou condicionam atividades ou ações em áreas que visam expansões de aglomerados urbanos, por exemplo; ou quando condicionam em áreas urbanas consolidadas ações que o PDM permite, a legislação específica enquadra e o programa interdita.”

**2 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA 2/3
GUILHERME STEPHENS. ADENDA.**

835 - Considerando que no dia 10 de setembro de 2014 foi assinado entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente o *“Protocolo de colaboração: acesso ao refeitório da escola Básica 2/3 Guilherme Stephens”* a vigorar no ano lectivo 2014/2015.

Considerando que no dia 15 de setembro de 2015 foi assinado entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente o *“Protocolo de colaboração: acesso ao refeitório do agrupamento de escolas Marinha Grande Poente”* a vigorar no ano lectivo 2015/2016.

Considerando a informação prestada pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, através do ofício 740 de 13/10/2016, com registo de entrada n.º 8770/2016 de 18/10/2016 e do ofício 748 de 14/10/2016, com registo de entrada n.º 8844/2016 de 19/10/2016 e através de esclarecimentos prestados através do email datado de 19/12/2016.

Considerando a informação n.º 1/2199/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, que confirma que o montante devido ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é de 60,53 euros e que resulta da diferença de arredondamentos no valor de 0,002€/refeição, não aplicadas pelo agrupamento a 14.895 refeições servidas no ano lectivo 2014/2015 e 15368 refeições servidas no ano lectivo 2015/2016.

A Câmara Municipal analisou o teor da referida informação e delibera, de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar as minutas de adenda ao:

- **Protocolo de colaboração celebrado a 10 de Setembro de 2014, referente ao fornecimento de refeições no ano lectivo 2014/2015, passando a cláusula 3.ª do protocolo a ter um ponto 2 com a seguinte redação: *“(…) 2) Ao preço unitário referido no número anterior é acrescido 0,002 euros(…)”.***
- **Protocolo de colaboração celebrado a 15 de Setembro de 2015, referente ao fornecimento de refeições no ano lectivo 2015/2016, passando a cláusula 3.ª do protocolo a ter um ponto 2 com a seguinte redação: *“(…) 2) Ao preço unitário referido no número anterior é acrescido 0,002 euros(…)”.***

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 25.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 2.ª REVISÃO

836 - Presente proposta da 25ª Modificação, 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

2ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2016, no valor de 0,00 euros nos reforços e 0,00 euros nas anulações;

2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016, sem alterações nos reforços e nas anulações no ano de 2016; com reforço de dotação em 2017 no valor de 889.691,00 euros e anulações de dotação em 2017 no valor de 889.691,00 euros;

2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2016, sem alterações nos reforços e nas anulações no ano de 2016; com reforço de dotação em 2017 no valor de 182.008,00 euros e anulações de dotação em 2017 no valor de 182.008,00 euros;

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 25ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, constituída pela 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - "REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA OFICINA DA MÚSICA" - CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

837 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Remodelação e ampliação de Edifício para Oficina da Música" - Concurso Público n.º 06/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 139/2016 de 22 de abril, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 200.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 212.000,00 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 172.051,39 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010302 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2013/I/2 com a designação "Construção da Oficina da Música".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuem-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) " .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2013/I/2 para uma dotação corrigida de 176.160,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Remodelação e ampliação de Edifício para Oficina da Música" - Concurso Público n.º 06/2016, até ao valor de 172.051,39 euros (Cento e setenta e dois mil e cinquenta e um euros e trinta e nove cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Remodelação e ampliação de Edifício para Oficina da Música" - Concurso Público n.º 06/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - "REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA RUA MACHADO SANTOS, N.º 1" - CONCURSO PÚBLICO N.º 02/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

838 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Remodelação do Edifício da Rua Machado Santos, n.º 1" - Concurso Público n.º 02/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 405/2016 de 29 de abril, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 106.439,54 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 112.825,91 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 62.697,17 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/1/5 com a designação "Obras de beneficiação diversas em edifícios de serviços municipais".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 5.000 euros para o ano de 2017, valor inferior ao que na presente data se entende ser necessário, atenta a execução física da obra.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) "

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/1/5 para uma dotação corrigida de 64.335 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Remodelação do Edifício da Rua Machado Santos, n.º 1" - Concurso Público n.º 02/2016, até ao valor de 62.697,17 euros (Sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e sete euros e dezassete cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Remodelação do Edifício da Rua Machado Santos, n.º 1" - Concurso Público n.º 02/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - P.A. N.º 40/2015-AP/DOT - AQUISIÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA PARA OS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS DA RUA MACHADO SANTOS E OFICINA DA MÚSICA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

839 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. n.º 40/2015-AP/DOT – “Aquisição de projetos de arquitetura para os edifícios municipais da Rua Machado Santos e Oficina da Música”, através do Despacho n.º 40/2015 de 09/07/2015, compromissos assumidos no ano de 2015 de 27.381,34 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 4.107,19 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017, e que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica e ações do Plano Plurianual de Investimentos conforme quadro infra.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2013/1/2 para uma dotação corrigida de 176.160,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja

enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. n.º 40/2015-AP/DOT – “Aquisição de projetos de arquitetura para os edifícios municipais da Rua Machado Santos e Oficina da Música” até ao valor de 4.107,19 euros (quatro mil, cento e sete euros e dezanove cêntimos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a P.A. n.º 40/2015-AP/DOT – “Aquisição de projetos de arquitetura para os edifícios municipais da Rua Machado Santos e Oficina da Música”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - P.A. N.º 75/2012-AP/DOPP - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES DA INSTALAÇÃO DE UMA CRECHE NO EDIFÍCIO DA IVIMA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

840 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima”, através do Despacho n.º 309/2012 de 28/12/2012, em que foram assumidos compromissos no ano de 2013 de 5.904,00euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviço supra referida, será necessário assumir encargos adicionais no valor de 885,60 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010304 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2011/1/16.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2011/1/16 para uma dotação corrigida de 886,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima”, até ao valor de 885,60 euros (oitocentos e oitenta e cinco euros e sessenta cêntimos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a P.A. n.º 75/2012-AP/DOP – “Elaboração dos projetos das especialidades da instalação de uma creche no Edifício da Ivima”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - "REABILITAÇÃO DA CANTINA ESCOLAR DA ORDEM" - CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

841 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Reabilitação da cantina escolar da Ordem" - Concurso Público n.º 11/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 284/2016 de 14 de julho, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 140.839,56 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 149.289,93 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 4.467,39 euros, correspondente a IVA Autoliquidação, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010305 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/46 com a designação "Reabilitação da cantina da Ordem".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) " .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/I/46 para uma dotação corrigida de 4.468,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Reabilitação da cantina escolar da Ordem" - Concurso Público n.º 11/2016, até ao valor de 4.467,39 euros (Quatro mil e quatrocentos e sessenta e sete euros e trinta e nove cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Reabilitação da cantina escolar da Ordem" - Concurso Público n.º 11/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - P. A. N.º 12/2015-AP/DOT - "ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA A REABILITAÇÃO DA CANTINA DA ORDEM E ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA O LARGO DA REPÚBLICA, EM VIEIRA DE LEIRIA". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

842 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. N.º 12/2015-AP/DOT - “Elaboração de projetos de especialidades para a reabilitação da cantina da Ordem e elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria”, através do Despacho n.º 134/2015 de 02/04/2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 3.247,22 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor 87,63 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017, os quais respeitam ao projeto elétrico para o Largo da República.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07030304 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/109 com a designação “Requalificação do Largo da República em Vieira de Leiria”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/1/109, classificação económica 07030304, para uma dotação corrigida de 71.805,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. N.º 12/2015-AP/DOT - “Elaboração de projetos de especialidades para a reabilitação da cantina da Ordem e elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria” até ao valor de 87,63 euros (oitenta e sete euros e sessenta e três cêntimos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a P.A. N.º 12/2015-AP/DOT - “Elaboração de projetos de especialidades para a reabilitação da cantina da Ordem e elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - "REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO LARGO DA REPÚBLICA - FREGUESIA VIEIRA LEIRIA, CONCELHO DA MARINHA GRANDE" – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

843 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Reabilitação e promoção da acessibilidade no Largo da República - Freguesia Vieira Leiria, concelho da Marinha Grande" – Concurso Público n.º 04/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 126/2016 de 4 de abril, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 168.825,85 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 178.955,40 euros.

Considerando a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais da obra "Reabilitação e promoção da acessibilidade no Largo da República - Freguesia Vieira Leiria, concelho da Marinha Grande" – Concurso Público n.º 04/2016, conforme deliberação tomada em reunião de câmara de 05 de dezembro, no montante de 17.852,55 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 18.923,71 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 68.843,14 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/070110 e 07/07030304 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/1/109 com a designação "Requalificação do Largo da República em Vieira de Leiria".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis

n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/109 para uma dotação corrigida de 88.936,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Reabilitação e promoção da acessibilidade no Largo da República - Freguesia Vieira Leiria, concelho da Marinha Grande" – Concurso Público n.º 04/2016, até ao valor de 68.843,14 euros (Sessenta e oito mil e oitocentos e quarenta e três euros e catorze cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Reabilitação e promoção da acessibilidade no Largo da República - Freguesia Vieira Leiria, concelho da Marinha Grande" – Concurso Público n.º 04/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - P.A. N.º 81/2014-AP/DOT - REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

844 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande", através do Despacho n.º 574/2014 de 16/12/2014, em que foram assumidos compromissos para o ano de 2015 de 88.560,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviço supra referida, será necessário assumir encargos adicionais no valor de 79.704,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 05/070113 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2012/I/20 com a designação de "Revisão do Plano Director Municipal".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017, na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2012/I/20 para uma dotação corrigida de 79.704,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande", até ao valor de 79.704,00 euros (setenta e nove mil, setecentos e quatro euros), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a P.A. n.º 81/2014-AP/DOT - "Revisão do Plano Director Municipal da Marinha Grande".

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - "ARRANJOS EXTERIORES DA CAPELA DO PILADO" - CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

845 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Arranjos exteriores da Capela do Pilado" - Concurso Público n.º 07/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 249/2016 de 21 de junho, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 99.982,21 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 105.981,14 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 105.981,14 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 070301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2011/I/85 com a designação "Requalificação da área envolvente da Capela do Pilado".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2011/I/85 para uma dotação corrigida de 105.982,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Arranjos exteriores da Capela do Pilado" - Concurso Público n.º 07/2016, até ao valor de 105.981,14 euros (Cento e cinco mil e novecentos e oitenta e um euros e catorze cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Arranjos exteriores da Capela do Pilado" - Concurso Público n.º 07/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJECTO DA REDE ELÉCTRICA E
TELEGESTÃO DA EXPLORAÇÃO DO FURO SL6 DA PEDRULHEIRA. PEDIDO DE
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

846 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação da Prestação de serviço de elaboração de projecto da rede eléctrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira, através de compromisso de 20/03/2015, Nota de Encomenda n.º 268/2015, em que foram assumidos compromissos para o ano de 2015 de 2.820,14 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviço supra referida, será necessário assumir encargos adicionais no valor de 763,79 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010406 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/1/75 com a designação de “Obras de requalificação para exploração do Furo AC3 - Pedrulheira”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017, na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/1/75 para uma dotação corrigida de 765,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviço de elaboração de projecto da rede eléctrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira, até ao valor de 763,79 euros (setecentos e sessenta e três euros e setenta e nove cêntimos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à Prestação de serviço de elaboração de projecto da rede eléctrica e telegestão da exploração do furo SL6 da Pedrulheira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - "REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA" - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

847 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada nas sessões da Assembleia Municipal de 26/02/2016 e 28/06/2016, relativa a "Requalificação da estrada de Vieira de Leiria/Praia da Vieira" - Concurso Público n.º 01/2016, até ao valor de 472.297,63 euros (Quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e sete euros e sessenta e três cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Requalificação da estrada de Vieira de Leiria/Praia da Vieira" - Concurso Público n.º 01/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através deliberação tomada em reunião de câmara de 09 de junho, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 347.478,83 euros, e exercícios futuros para o ano de 2017 de 445.563,80 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 368.327,56 euros em 2016 e 472.297,63 euros em 2017.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 785.551,75 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010406 e 07/07030301 e ações do Plano Plurianual de Investimentos 2015/1/78 com a designação "Construção de ciclovia na estrada de ligação de

Vieira de Leiria à Praia de Vieira de Leiria com ligação à Estrada Atlântica-Infraestruturas rede águas” e 2015/1/98 com a designação “Construção de ciclovias na estrada de ligação de Vieira de Leiria à Praia de Vieira de Leiria com ligação à Estrada Atlântica”.

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais de 2016, foi aprovada a dotação para a assunção de despesa no ano de 2017, o montante de 553.320 euros na ação 2015/1/98 e que na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi aprovado o reforço de dotação para a assunção desta despesa no montante de 55.649,00 euros na ação 2015/1/78.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/1/78 para uma dotação corrigida de 181.725,00 euros, e na ação 2015/1/98 para uma dotação corrigida de 610.860,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida nas sessões da Assembleia Municipal de 26/02/2016 e 28/06/2016.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Requalificação da estrada de Vieira de Leiria/Praia da Vieira" - Concurso Público n.º 01/2016, até ao valor de 785.551,75 euros (Setecentos e

oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um euros e setenta e cinco cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Requalificação da estrada de Vieira de Leiria/Praia da Vieira" - Concurso Público n.º 01/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - "CONSTRUÇÃO DE REDE COLETORA DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA" - AJUSTE DIRETO N.º 21/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

848 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de "Construção de rede coletora de águas residuais domésticas e ramal de abastecimento de água" - Ajuste Direto n.º 21/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do

Despacho n.º 397/2016 de 29 de setembro, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 13.006,44 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 13.786,83 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 780,39 euros, referentes ao IVA Autoliquidação, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030302 e 07/07030306 e ações do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/74 com a designação “Outras construções e remodelações diversas no sistema de drenagem de águas residuais do concelho da Marinha Grande” e 2014/I/95 com a designação “Obras de remodelação diversas no sistema de abastecimento em baixa”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação 2014/I/95 do Plano Plurianual de Investimentos.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi inscrita a dotação de 25.000,00 euros ano de 2017 na ação 2014/I/74 do Plano Plurianual de Investimentos.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/95 para uma dotação corrigida de 110,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Construção de rede coletora de águas residuais domésticas e ramal de abastecimento de água" - Ajuste Direto n.º 21/2016, até ao valor de 780,39 euros (Setecentos e oitenta euros e trinta e nove centimos) para o ano de 2017, dos quais 105,55 euros na ação 2014/I/95 e 674,84 euros na ação 2014/I/74, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Construção de rede coletora de águas residuais domésticas e ramal de abastecimento de água" - Ajuste Direto n.º 21/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - "OBRAS DE REABILITAÇÃO NO MUSEU DO VIDRO" - CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

849 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Obras de reabilitação no Museu do Vidro" - Concurso Público n.º 13/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 289/2016 de 19 de julho, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 76.843,25 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 81.453,85 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 38.662,97 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010302 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/113 com a designação "Obras de reabilitação no Museu do Vidro".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) " .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/113 para uma dotação corrigida de 39.975,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Obras de reabilitação no Museu do Vidro" - Concurso Público n.º 13/2016, até ao valor de 38.662,97 euros (Trinta e oito mil e seiscentos e sessenta e dois euros e noventa e sete cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Obras de reabilitação no Museu do Vidro" - Concurso Público n.º 13/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - P.A N.º 14/2016-AP/DOT - "ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

850 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A n.º 14/2016-AP/DOT - Elaboração de projeto de arquitetura e especialidades para reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho, através do Despacho n.º 203/2016 de 31/05/2016, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 14.907,60 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor 10.435,32 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010302 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/106 com a designação “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista a inscrição de 3.690,00 no ano de 2017, na ação referida anteriormente, e que na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 a mesma foi anulada.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2016/I/106, para uma dotação corrigida de 27.799,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja

enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A n.º 14/2016-AP/DOT - Elaboração de projeto de arquitetura e especialidades para reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho até ao valor de 10.435,32 euros (dez mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e trinta e dois centavos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a P.A n.º 14/2016-AP/DOT - Elaboração de projeto de arquitetura e especialidades para reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - P.A. N.º 15/2015 “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS PARA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E PROJETO DA REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

851 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A n.º 15/2015-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG, através do Despacho n.º 141/2015 de 08/04/2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 18.327,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor 2.749,05 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/145 com a designação “Construção da ligação de acesso da zona sul da Zona Industrial da Marinha Grande à autoestrada A8”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista a inscrição de 213.950,00 no ano de 2017, na ação referida anteriormente, e que na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 a mesma foi anulada.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/I/145, para uma dotação corrigida de 2.750,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A n.º 15/2015-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG até ao valor de 2.749,05 euros (dois mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinco centimos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a P.A n.º 15/2015-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - P.A. N.º 9/2016-AP/DOT - PROJETO DE EXECUÇÃO DA RUA NOVA DO MOINHO DE CIMA E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DOS ARRUAMENTOS ADJACENTES. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

852 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A n.º 9/2016-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução da Rua Nova do Moinho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes, através do Despacho n.º 80/2016 de 10/03/2016, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 23.370,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor 3.505,50 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/154 com a designação “Requalificação da rua Nova do Moinho de Cima - Albergaria”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista a inscrição de qualquer dotação para o ano de 2017, na ação referida anteriormente, e que na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 a mesma foi reforçada para uma dotação corrigida de 286.252,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão

deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços do P.A n.º 9/2016-AP/DOT - Elaboração de projeto de execução da Rua Nova do Moinho de Cima e infraestruturas de saneamento dos arruamentos adjacentes até ao valor de 2.505,50 euros (dois mil, setecentos e quarenta e nove euros e cinco centavos), para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - "SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO PAVILHÃO N.º 3 DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES" - CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

853 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Substituição de iluminação no Pavilhão n.º 3 do Parque Municipal de Exposições" - Concurso Público n.º 16/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 482/2016 de 23 de novembro, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 11.995,60 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 12.715,34 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 12.715,34 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/ 07010302 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/140 com a designação "Grandes reparações no Parque Municipal de Exposições".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 15.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 1.ª Revisão, foi aprovado o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/140 com uma dotação corrigida de 15.000,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Substituição de iluminação no Pavilhão n.º 3 do Parque Municipal de Exposições" - Concurso Público n.º 16/2016, até ao valor de 12.715,34 euros (Doze mil e setecentos e quinze euros e trinta e quatro centavos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - "CAMPOS DE JOGOS – TRABALHOS COMPLEMENTARES – MARINHA GRANDE" – CONCURSO PÚBLICO N.º 17/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

854 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando o Despacho de Adjudicação n.º 496/2016 de 29 de novembro para a empreitada de "Campo de jogos – trabalhos complementares – Marinha Grande" - Concurso Público n.º 17/2016, pelo valor de 17.152,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 18.181,12 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 18.181,12 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010405 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/131 com a designação "Beneficiação do Campo Sintético da zona desportiva da Marinha Grande".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/I/131 com uma dotação corrigida de 95.000,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Campo de jogos – trabalhos complementares – Marinha Grande" - Concurso Público n.º 17/2016, até ao valor de 18.181,12 euros (Dezoito mil e cento e oitenta e um euros e doze cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Campo de jogos – trabalhos complementares – Marinha Grande" - Concurso Público n.º 17/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:30 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

22 - "REABILITAÇÃO DO CAMPO SINTÉTICO - MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

855 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Reabilitação do Campo Sintético - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 05/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 340/2016 de 26 de agosto, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 73.111,12 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 77.497,79 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 76.318,64 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010405 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/1/131 com a designação "Beneficiação do Campo Sintético da zona desportiva da Marinha Grande".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 25.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, 2.ª Revisão, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/I/131 com uma dotação corrigida de 95.000,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Reabilitação do Campo Sintético - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 05/2016, até ao valor de 76.318,64 euros (Setenta e seis mil, trezentos e dezoito euros e sessenta e quatro centésimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Reabilitação do Campo Sintético - Marinha Grande" - Concurso Público n.º 05/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência desta deliberação, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** requereu informação sobre o custo total dos arranjos da remodelação do relvado sintético e prazo de execução.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** fez o mesmo pedido.

23 - "REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DOS EDIFÍCIOS DO ESTALEIRO MUNICIPAL" - CONCURSO PÚBLICO Nº 15/2015. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

856 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de "Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal" – Concurso Público n.º 15/2015, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 415/2015 de 11 de setembro, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 136.495,13 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 147.864,85 euros.

Considerando a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais, de responsabilidade partilhada, da obra "Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal" – Concurso Público n.º 15/2015, conforme Despacho n.º 131/2016 de 11 de abril, no montante de 1.508,69 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 1.599,21 euros, correspondente ao encargo do Município da Marinha Grande.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 1.599,21 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/5 com a designação “Obras de reabilitação nos edifícios dos Estaleiros Municipais”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação 2014/I/5 do Plano Plurianual de Investimentos.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/55 para uma dotação corrigida de 20.900,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal" – Concurso Público n.º 15/2015, até ao valor de 1.599,21 euros (mil, quinhentos e noventa e nove euros e vinte e um cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal" – Concurso Público n.º 15/2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - "SUBSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA DA COBERTURA DOS EDIFÍCIOS 3 E 5 DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS" – AJUSTE DIRETO N.º 09/2016. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

857 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para a obra de "Substituição da estrutura da cobertura dos edifícios 3 e 5 dos Estaleiros Municipais" – Ajuste Direto n.º 09/2016, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 185/2016 de 17 de maio, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 55.125,91 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 58.433,46 euros.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 11.832,05 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07010301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/5 com a designação "Obras de reabilitação nos edifícios dos Estaleiros Municipais".

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017 na ação 2014/I/5 do Plano Plurianual de Investimentos.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

" (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/I/55 para uma dotação corrigida de 20.900,00 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de "Substituição da estrutura da cobertura dos edifícios 3 e 5 dos Estaleiros Municipais" – Ajuste Direto n.º 09/2016, até ao valor de

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

11.832,05 euros (onze mil, oitocentos e trinta e dois euros e cinco cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a "Substituição da estrutura da cobertura dos edifícios 3 e 5 dos Estaleiros Municipais" – Ajuste Direto n.º 09/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - P.A. N.º 93/2015-AP/DAM - "SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE, REVISÃO DE CORTE E REABERTURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA OS ANOS DE 2016 E 2017". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

858 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o P.A. N.º 93/2015-AP/DAM - Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para os anos de 2016 e 2017, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 649 de 22.12.2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 74.525,70 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 74.525,70 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa às prestações de serviços supra referidas, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 122.484 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 03/02022507 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/88.

Considerando que apesar de na elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 ter sido aprovada a dotação de 133.000 euros para o ano de 2017, na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 foi reduzida essa dotação para 75.000 euros por ser expectável naquela data que a prestação do serviço tivesse uma execução física, e por conseguinte financeira, superior à estimada atualmente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/88 com uma dotação inicial de 133.000 e uma dotação corrigida de 122.484 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia

Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para os anos de 2016 e 2017”, até ao valor de 122.484,00 euros (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos “Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para os anos de 2016 e 2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - P.A. N.º 68/2014-AP/DAM - “ELABORAÇÃO REGULAMENTO MUNICIPAL SERVIÇOS ABAST.ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFA”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

859 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção

de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o P.A.N.º68/2014-AP/DAM – “Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa”, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 520 de 20.11.2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 21.402 euros e no ano de 2015 de 14.268 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que na presente data se encontra por faturar o montante de 7.134 euros, correspondente a 20% do valor da adjudicação, a qual de acordo com o caderno de encargos respeita ao valor da Fase 4, o qual só será pago “Após a emissão de parecer da ERSAR, introduzidas eventuais alterações às versões finais do tarifário e respetivo regulamento de tarifas, assim como do regulamento municipal dos serviços de gestão de abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos”.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviço supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 7.134 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/020214 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/184.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/184 com uma dotação inicial de zero e uma dotação corrigida de 7.134 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa”, até ao valor de 7.134,00 euros (sete mil, cento e trinta e quatro euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Elaboração do regulamento municipal dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão resíduos urbanos, estudo do tarifário e elaboração do respetivo regulamento de tarifa”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - P.A. N.º 9/2015-AP/DCD - “PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE SOM E LUMINOTECNIA PARA ESPETÁCULOS E EVENTOS A REALIZAR NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS, P/O PERÍODO PREVISTO DE 1 DE MARÇO 2015 DE 31 DE MARÇO DE 2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

86o - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o P.A.n.º9/2015-AP/DCD-“Prestação de serviços de som e luminotecnica para espetáculos e eventos a realizar na casa da cultura teatro stephens, para o período previsto de 1 de março 2015 de 31 de março de 2017”, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do despacho n.º 86 de 27.02.2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 19.384,80 euros e exercícios futuros para o ano de 2016 de 19.275,20 euros e para 2017 de 5.904 euros e para o, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 12.645 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/020220 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/113.

Considerando que apesar de na elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 ter sido aprovada a dotação de 7.658,00 euros para o ano de 2017 e de na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 ter sido efetuado um reforço de 608 euros, a dotação atualmente disponível parece ser insuficiente face à execução física do contrato até à data.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/113 com uma dotação inicial de 7.658 e uma dotação corrigida de 12.645 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Prestação de serviços de som e luminotecnia para espetáculos e eventos a realizar na casa da cultura teatro stephens, para o período previsto de 1 de março 2015 de 31 de março de 2017”, até ao valor de 12.645,00 euros (doze mil, seiscentos e quarenta e cinco euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Prestação de serviços de som e luminotecnia para espetáculos e eventos a realizar na casa da cultura teatro stephens, para o período previsto de 1 de março 2015 de 31 de março de 2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - P.A. N.º 37/2014-AP/DAM/RH – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, PARA O PERÍODO DE OUTUBRO/2014 A SETEMBRO/2017 PARA 285 FUNCIONÁRIOS”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

861 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o P.A.N.º 37/2014-AP/DAM/RH – “Prestação de serviços de medicina, higiene, segurança e saúde no trabalho, para o período de outubro/2014 a setembro/2017 para 285 funcionários”, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 403 de 05.09.2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 1.340,46 euros e exercícios futuros para o ano de 2015 e 2016 de 5.361,83 euros e para o ano de 2017 de 4.021,37 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 5,678 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 03/020220 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/43.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 5.515,00 euros para o ano de 2017, valor inferior ao que na presente data se entende ser necessário, atenta a execução física do contrato.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/43 com uma dotação inicial de 5.515 e uma dotação corrigida de 5.678 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Prestação de serviços de medicina, higiene, segurança e saúde no trabalho, para o período de outubro/2014 a setembro/2017 para 285 funcionários”, até ao valor de 5.678,00 euros (cinco mil, seiscentos e setenta e oito euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Prestação de serviços de medicina, higiene, segurança e saúde no trabalho, para o período de outubro/2014 a setembro/2017 para 285 funcionários”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - P.A. N.º 45/2015 – AP/DFTI - “SERVIÇOS DE ALUGUER DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS, PELO PERÍODO DE 36 MESES”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

862 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de ajuste direto para o P.A. N.º 45/2015 - AP/DFTI “Serviços de aluguer de plataforma eletrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses”, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 332 de 24.07.2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 7.380,00 euros e exercícios futuros para os anos de 2016 e 2017 de 8.610,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 11.316 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/02022502 e ação do Plano de Atividades Municipal 2015/A/32.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 9.559 euros para o ano de 2017, valor inferior ao que na presente data se entende ser necessário, atenta a execução física do contrato.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/A/32 com uma dotação inicial de 9.559 e uma dotação corrigida de 11.316 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Aluguer de plataforma eletrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses” até ao valor de 11.316,00 euros (onze mil, trezentos e dezasseis euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Aluguer de plataforma eletrónica de compras públicas, pelo período de 36 meses”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - P.A. N.º 38/2016-AP/DCD - "TRANSPORTE DE ALUNOS NAS LINHAS URBANAS DA TUMG PARA O ANO LETIVO 2016/2017". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

No início da discussão deste ponto, o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

863 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. N.º 38/2016-AP/DCD "Transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG para o ano letivo 2016/2017" através do Despacho n.º 361 de 07.09.2016, compromissos assumidos no ano de 2016 de 5.041,31 euros e exercícios futuros para o ano de 2016 de 6.812,03 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 9.418 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/020210 e ação do Plano de Atividades Municipal 2015/A/g1.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 8.250 euros para o ano de 2017, valor inferior ao que na presente data se entende ser necessário, atenta a execução física do contrato.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão

deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/A/91 com uma dotação inicial de 8.250 e uma dotação corrigida de 9.418 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Transporte de alunos nas linhas urbanas da TUMG para o ano letivo 2016/2017” até ao valor de 9.418,00 euros (nove mil, quatrocentos e dezoito euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

864 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de

compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação relativa ao Protocolo de colaboração para acesso ao refeitório do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente ano letivo 2016/2017, através do Despacho n.º 321 de 19.08.2016, com compromissos assumidos no ano de 2016 de 16.565,24 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 26.572,12 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 28.024 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/020105 e ação do Plano de Atividades Municipal 2015/A/97.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 40.000 euros para o ano de 2017, valor inferior ao que na presente data se entende ser necessário, atenta a execução física do processo de despesa.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/A/97 com uma dotação inicial de 40.000 e uma dotação corrigida de 43.384 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao "Protocolo de colaboração para acesso ao refeitório do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente", até ao valor de 28.024 euros (vinte e oito mil e vinte e quatro euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao "Protocolo de colaboração para acesso ao refeitório do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente".

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - P.A. N.º 47/2016 - AP/DCD - "FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES A ALUNOS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE VIEIRA DE LEIRIA, EB1 DA PASSAGEM E EB1 ANTÓNIO VITORINO PARA O ANO LECTIVO 2016/2017". PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

865 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de

investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. n.º 47/2016 - AP/DCD – “Fornecimento de refeições a alunos do Jardim-de-Infância de Vieira de Leiria, EB1 da Passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2016/2017”, através do Despacho n.º 371 de 09.09.2016, com compromissos assumidos no ano de 2016 de 8.397,30 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 13.387 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 15.360 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/020105 e ação do Plano de Atividades Municipal 2015/A/97.
Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 40.000 euros para o ano de 2017, valor inferior ao que na presente data se entende ser necessário, atenta a execução física do processo de despesa.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”.

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/A/97 com uma dotação inicial de 40.000 e uma dotação corrigida de 43.384 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Fornecimento de refeições a alunos do Jardim-de-Infância de Vieira de Leiria, EB1 da Passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2016/2017”, até ao valor de 15.360 euros (vinte e oito mil e vinte e quatro euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Fornecimento de refeições a alunos do Jardim-de-Infância de Vieira de Leiria, EB1 da Passagem e EB1 António Vitorino para o ano letivo 2016/2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - P.A. N.º 27/2016-AP/DCD - “CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES PARA O ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

866 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A.N.º27/2016-AP/DCD - “Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições para o ano letivo 2016/2017” através do Despacho n.º 304 de 04.08.2016, com compromissos assumidos no ano de 2016 de 123.518,05 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 203.425,71 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 189.011 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017, no que respeita à componente de alimentação escolar

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/020105 e ação do Plano de Atividades Municipal 2015/A/96.

Considerando que apesar de na elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 ter sido aprovada a dotação de 212.500 euros para o ano de 2017, na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 foi reduzida essa dotação para 187.500 euros por ser expectável naquela data que a prestação do serviço tivesse uma execução física, e por conseguinte financeira, superior à estimada atualmente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2015/A/96 com uma dotação inicial de 212.500 e uma dotação corrigida de 189.050 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições para o ano letivo 2016/2017”, componente de alimentação escolar, até ao valor de 189.050,00 euros (cento e oitenta e nove mil e cinquenta euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos serviços de “Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições para o ano letivo 2016/2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - FRANQUIA CONTRATUAL RELATIVA A SINISTRO OCORRIDO / PARTICIPADO ATÉ 31/12/2014 - TENTATIVA DE FURTO NA ESCOLA DO 1º CICLO DA AMIEIRA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

867 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação, a 24.11.2014, relativa a franquia contratual relativa a sinistro ocorrido/participado até 31.12.2014, na sequência de tentativa de furto na Escola do 1.º Ciclo da Amieira, no valor de 100 euros.

Considerando que o processo ainda não se encontra concluído, prevê-se que não seja possível proceder ao pagamento da franquia até ao final do ano de 2016, pelo que será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 100 euros, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/020212 e ação do Plano de Atividades Municipal 2013/A/20.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2013/A/20 com uma dotação inicial de zero e uma dotação corrigida de 100 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a “Franquia contratual relativa a sinistro ocorrido/participado até

31.12.2014, na sequência de tentativa de furto na Escola do 1.º Ciclo da Amieira”, até ao valor de 100 euros (cem euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Franquia contratual relativa a sinistro ocorrido/participado até 31.12.2014, na sequência de tentativa de furto na Escola do 1.º Ciclo da Amieira”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - P.A. N.º 74/2014-AP/DFTI – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2015”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

868 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o P.A.N.º74/2014-AP/DFTI – “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2015”, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do Despacho n.º 558 de 12.12.2014, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2014 de 68.424,87 euros e no ano de 2015 de 34.036,60 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviço supra referida, será necessário assumir encargos adicionais no valor de 480 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/020212 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/42.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 8.500 euros para o ano de 2017, dos quais 5.000 euros já se encontram cativos por conta do P.A. n.º 84/2016-AP/DFTI – “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2017”.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/42 com uma dotação inicial de 8.500 euros e uma dotação corrigida de 9.780 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2015”, no valor de 480 euros (quatrocentos e oitenta euros)

para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2015”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - P.A. N.º 100/2015-AP/DFTI – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2016”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

86g - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o P.A. N.º 100/2015-AP/DFTI - Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”, foi efetuada a adjudicação do mesmo através do

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Despacho n.º 650 de 22.12.2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 127.203,33 euros e no ano de 2016 de 5.000 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviço supra referida, será necessário assumir encargos adicionais no valor de 4.300 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/020212 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/42.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 8.500 euros para o ano de 2017, dos quais 5.000 euros já se encontram cativos por conta do P.A. n.º 84/2016-AP/DFTI – “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/42 com uma dotação inicial de 8.500 euros e uma dotação corrigida de 9.780 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”, no valor de 4.300 euros (quatro mil e trezentos euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Prestação de serviços na área de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2016”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - P.A. N.º 68/2015-AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CONCELHO DA MARINHA GRANDE. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

870 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 26/10/2015, relativa ao “Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”, para o período previsto de 12 meses, até ao valor de um milhão, quinhentos e noventa mil, cento e cinquenta e quatro euros e dez cêntimos, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para o P.A. N.º 68/2015-AP/DISU - Fornecimento de energia elétrica para o concelho da Marinha Grande foi efetuada a adjudicação do mesmo através de deliberação de Câmara de 23.12.2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2016 de 1.349.691,24 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 168.484,19 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 291.735 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017, e que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica e ações do Plano de Atividades Municipal conforme quadro infra.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, nas ações 2014/A/3, 2014/A/9, 2014/A/10 E 2014/A/156, conforme quadro supra.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”, até ao valor de 291.735 euros (duzentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e cinco euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - P.A. N.º 101/2015-AP/DAM - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA AQUAMATRIX PARA OS ANOS 2016 E 2017. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

871 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. n.º 101/2015-AP/DAM – “Prestação de serviços de operação e manutenção da aplicação informática aquamatrix para os anos 2016 e 2017” através do Despacho n.º 653 de 23.12.2016, com compromissos assumidos no ano de 2016 de 21.077,28 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 30.376,08 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 100 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017, no que respeita à componente de alimentação escolar

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 03/020219 e ação do Plano de Atividades Municipal 2014/A/28.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/28 com uma dotação inicial de zero euros e uma dotação corrigida de 100 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Prestação de serviços de operação e manutenção da aplicação informática aquamatrix para os anos 2016 e 2017”, até ao valor de 100 euros (cem euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos serviços de “Prestação de serviços de operação e manutenção da aplicação informática aquamatrix para os anos 2016 e 2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REDE ELÉTRICA PARA ESPAÇO VOCACIONADO À COLEÇÃO VISITÁVEL DO FUTURO MUSEU DA INDÚSTRIA DOS MOLDES, NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM -PRAÇA STEPHENS, MARINHA GRANDE”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

872 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação da “Prestação de serviços de elaboração de projeto da rede elétrica para espaço vocacionado à coleção visitável do futuro Museu da Indústria dos Moldes, no Edifício da Resinagem” com compromissos assumidos no ano de 2016 de 492 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 73,80 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/ 020214.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Prestação de serviços de elaboração de projeto da rede elétrica para espaço vocacionado à coleção visitável do futuro Museu da Indústria dos Moldes, no Edifício da Resinagem ”, até ao valor de 73,80 euros (setenta e três euros e oitenta cêntimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - P.A. N.º 92/2016-AP/DAM – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 9 MESES COM INÍCIO PREVISTO PARA 1 DE FEVEREIRO DE 2017. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

873 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DAM – Divisão de Administração e Modernização, para a realização de procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, para a prestação de serviços relativos ao P.A. n.º 92/2016-AP/DAM – Prestação de serviços de higiene e limpeza de diversos edifícios municipais para o período de 9 meses com início previsto para 1 de fevereiro de 2017, atenta informação n.º 1/2016/2016 de 23/11/2016 e requisição interna n.º 19147/2016, pelo valor estimado de 21.123,20 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz o valor de 25.981,54 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 0103/020202 e ação do Plano de Atividades Municipal 2016/A/6 com a designação “Prestação de serviços de limpeza dos Edifícios Municipais”.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 foi aprovada a dotação de 5,00 euros para o ano de 2017, na ação referida anteriormente.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi aprovado o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2016/A/6, com uma dotação inicial de 5,00 euros e uma dotação corrigida de 26.005 euros, não sendo possível que o presente procedimento seja enquadrado na autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais concedida na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende adjudicar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de P.A. n.º 92/2016-AP/DAM – Prestação de serviços de higiene e limpeza de diversos edifícios municipais para o período de 9 meses com início previsto para 1 de fevereiro de 2017, até ao valor de 25.981,54 euros (Vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e um euros e cinquenta e quatro centimos) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - P.A. N.º 65/2016-AP/2016 - “TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES PARA O ANO LETIVO 2016/2017”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

No início da discussão deste ponto, o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

874 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, tomada na sessão da Assembleia Municipal de 15/12/2015, respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2016, aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo.

Considerando a adjudicação do P.A. n.º65/2016-AP/2016 “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões para o ano letivo 2016/2017” através do Despacho n.º 375 de 09.09.2016, com compromissos assumidos no ano de 2016 de 4.181,39 euros e exercícios futuros para o ano de 2017 de 6.366,46 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor.

Considerando a dívida que se estima que transite por faturar e/ou pagar relativa à prestação de serviços supra referida, será necessário assumir encargos adicionais até ao valor de 230 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2017, no que respeita à emissão dos cartões.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 06/02022599 e ação do Plano de Atividades Municipal 2015/A/90.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa no ano de 2017.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ” .

Considerando que na 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2017, na ação 2014/A/28 com uma dotação inicial de zero euros e uma dotação corrigida de 230 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à prestação de serviços de “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões para o ano letivo 2016/2017”, até ao valor de 230 euros (duzentos e trinta euros) para o ano de 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos serviços de “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões para o ano letivo 2016/2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO. REVOGAÇÃO

O **Sr. Presidente** explicou que a situação de aquisição não se vai concretizar em 2016 e que o Banco não conseguiu ainda retirar uma cláusula.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou que documento falta.

O **Sr. Presidente** respondeu que no registo na Conservatória do Registo Predial não deverá constar uma cláusula que onera o prédio. Após a sentença que transitou em julgado o Banco passou a ter a propriedade plena do prédio, e então pediu o cancelamento da cláusula de dação em pagamento. Apesar de o Banco já o ter requerido ainda não foi feito.

Entretanto, durante esta discussão, foi confirmado que já foi feito o referido cancelamento.

Seguidamente, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

875 - Considerando que, em 21 de novembro de 2016, foi deliberado solicitar autorização à Assembleia Municipal para aquisição do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7553/19930311 e inscrito na respetiva matriz

predial urbana sob o artigo 13254, a favor do Banco Comercial Português, SA, pelo valor de um milhão e duzentos mil euros, a liquidar no ato da escritura pública de compra e venda, após obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas;

Considerando que, apenas na reunião camarária, de 15 do mês corrente, foi possível deliberar sobre as condições de princípio para a manutenção no local do estabelecimento que aí labora, não estando ainda celebrado o respetivo contrato;

Considerando que não é possível a obtenção de visto da minuta da escritura pública, de forma a que esta seja outorgada no presente ano;

Considerando que, em face do exposto, não é possível coadunar a realização dos procedimentos destinados à adjudicação de obras públicas, deliberados em 21 de novembro, com a manutenção do cabimento subjacente à deliberação que solicitou autorização para a aquisição do prédio urbano em causa;

Considerando que a aquisição do referido prédio urbano continua a ser uma prioridade de investimento fundamental para o futuro do concelho da Marinha Grande;

Considerando que, a curto prazo, será possível utilizar os meios financeiros disponíveis para a mencionada aquisição patrimonial;

Considerando que a deliberação pode ser revogada, de acordo com os artigos 165.º, n.º 1 e 169.º, n.º 1, ambos do Código do Procedimento Administrativo, apesar de se manter a intenção firme e inequívoca de adquirir o prédio em causa logo que o proprietário nos remeta os documentos imprescindíveis para o efeito;

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos dos artigos 165.º, n.º 1 e 169.º, n.º 1, ambos do Código do Procedimento Administrativo, revogar a deliberação camarária, de 21 de novembro de 2016, pela qual se solicitou autorização à Assembleia Municipal para adquirir o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7553/19930311 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 13254, a favor do Banco Comercial Português, SA, pelo valor de um milhão e duzentos mil euros, a liquidar no ato da escritura pública de compra e venda, após obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas.

A Câmara Municipal delibera ainda manter como prioridade de investimento fundamental para o futuro da Marinha Grande a aquisição do identificado prédio urbano, logo que se disponham de todas as condições imprescindíveis para esse efeito.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Depois de se anunciar publicamente a compra do património Stephens, não perceberão os munícipes este volte-face.

À data da deliberação já se conheciam todas as informações que hoje se conhecem. Quer do tempo disponível para tratar este assunto até 31 de dezembro, quer dos ónus que existiam à data e que hoje se comprova já não existirem.
Processos de intenção não vinculam a Câmara Municipal na aquisição futura deste imóvel. No melhor dos casos pode ser tomado como um auto de fé.
No plano financeiro o que se deveria fazer era transitar para o orçamento de 2017 as verbas necessárias para a aquisição."

O Sr. Vereador António Santos declarou o seguinte:

"Votei favoravelmente esta revogação porque segundo declaração passada pela Câmara Municipal há uma nítida intenção de comprar mais tarde o edifício.
Edifício que entendo ser importante para o desenvolvimento da generalidade do concelho da Marinha Grande e em particular para o centro histórico. Ali (há quem lhe chame o berço da Marinha Grande) poderá ser feito um investimento multifuncional que poderá chamar à Marinha Grande atividades de caráter cultural e desportivo, e até, inclusivamente, fazer-se lá o mercado municipal, que no tempo que decorre a Marinha Grande ainda não tem."

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira declarou o seguinte:

"Voto favoravelmente, porque ao contrário do que aqui foi dito à altura da decisão da deliberação, foi aqui referido, de forma bem cautelosa, a questão do ónus existente pela anterior propriedade do imóvel, e esta não se encontrava livre de problemas futuros para a Câmara.
Entendeu-se à data salvaguardar o interesse público.
A aquisição a esta data torna-se impossível pois terá de ser presente à Assembleia Municipal e com o Visto do Tribunal de Contas.
A Câmara é uma entidade de bem que não pode correr riscos que ponham em causa o interesse público.
Foi isso que se fez até agora, é isso que hoje aqui está também presente. A defesa do interesse público.
Ao dotar nos documentos previsionais de 2017 esta ação no valor de 1.200 milhões, inviabilizaria a dotação de outros investimentos já assumidos.
É intenção do executivo a aquisição deste imóvel, logo que haja a disponibilidade da verba."

O Sr. Vereador Vítor Pereira perguntou, após esta deliberação, em que situação fica o contrato-promessa de arrendamento.

O Sr. Presidente disse que fica como promessa, uma vez que o bem ainda não é da Câmara, mas vai saber se terá que ser anulado.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse que este contrato-promessa de arrendamento não tem qualquer validade jurídica. Entende que há toda a vantagem em anular a deliberação de 15 de dezembro, e quando se adquirir o prédio voltar a deliberar o contrato-promessa de arrendamento.

O **Sr. Presidente** leu a cláusula 20 do contrato-promessa de arrendamento, recordando que o contrato só será celebrado após o registo do bem a favor da Câmara. Vai saber se a deliberação tem que ser revogada e se assim for virá à próxima reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:10 horas às 14:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

43 - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO

O **Sr. Presidente** explicou os documentos previsionais, numa visão geral, e referiu que o atraso se ficou a dever ao facto de ter chegado o visto do Tribunal de Contas no processo da aquisição dos fogos ao IHRU.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** propôs a retirada para a próxima reunião, porque não teve tempo útil para analisar os documentos como gostaria.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que também gostaria de ter mais tempo para ver melhor os documentos e poder votar em consciência.

O **Sr. Presidente** disse que se os documentos não forem votados hoje só poderão ir à Assembleia Municipal em janeiro, e a 2 de janeiro só poderá estar em vigor o orçamento do ano anterior, o que cria problemas, daí a dificuldade em retirar a proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que tinha questões a colocar e que gostaria de esclarecer, designadamente os investimentos que foram executados em 2016 e o que ficou por executar, qual a taxa de execução da revisão ao orçamento de 2016 e qual a previsão do saldo de gerência a 31 de dezembro.

Para responder a este pedido de elementos, o **Sr. Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, Dr.ª Sandra Paiva**, que forneceu os dados disponíveis neste momento.

Seguidamente, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

876 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2017, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2017-2020

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 46.668.326,14€ e com um total de financiamento definido para o ano de 2017 de 4.646.150,19 € e de não definido de 28.307.319,75 €.

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 120.918.370,82 € com um total de financiamento definido para o ano de 2017 de 11.258.238,50 € e de não definido de 397.577,75 €.

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente acta, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

ORÇAMENTO PARA 2017

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2017, num total de 21.906.669 € procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do nº 1 do art. 25º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 2 abstenções dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho, e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Ultimamente tenho, em reuniões de Câmara, dito que é lamentável acabarem o mandato sem qualquer obra de referência.

Cheguei mesmo a dizer que votava o orçamento a favor desde que houvesse (pelo menos) a compra ou início de obras para o mercado municipal. Uma cidade como a nossa não merece um mercado como temos: - é lamentável.

Se para alguns estar sempre a votar não é que é oposição, eu entendo precisamente o contrário.

Deve dar-se ao executivo a ferramenta fundamental para a execução de algumas obras para bem da Marinha Grande e das nossas gentes. E essa ferramenta é a aprovação do orçamento para 2017.

De facto hoje a compra da FEIS foi revogada, mas acredito na seriedade das pessoas que compõem o executivo e não tenho qualquer dúvida que a decisão da compra irá ser tomada novamente tendo em conta os pressupostos que estão na sua base.

As instalações devem ser adquiridas pela CMMG não só pelo seu valor: - foi ali, entre aqueles muros, que nasceu a cidade da Marinha Grande.

Pode ser ali construído um espaço multifuncional com grande projecção concelhia e até nacional: - onde se podem fazer grandes eventos. Poderá inclusivamente ali fazer-se o mercado municipal, com características modernas que agora tanto se usa, designadamente podem copiar as características do mercado da Ribeira ou do Campo de Ourique, ambos situados em Lisboa. O mercado da Figueira da Foz também pode ser uma boa referência. A acontecer esta obra, a revitalização do centro histórico iria ter outra dinâmica.

Por tudo o que foi dirimido dou o benefício da dúvida à governação votando favoravelmente este OM 2017 para não obstaculizar a sua ação governativa, até porque este OM/2017 é a sequência da revisão de 2016.

Este é o meu voto em consciência.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Este não é o orçamento do + Concelho. É o orçamento da “roda”, alguém o deixou lá. Enfeitado como parece ser por todos é preciso muita criatividade para se poder dizer que resultou do consenso dos Vereadores. Não. Não resultou!”

O problema continua a ser o mesmo. Incapazes de sermos audazes e não tendo capacidade de execução, qualquer coisa serve. Nem é preciso amostras de ADN para lhe descobrir o pai.

Vamos a factos:

1.º - Das 3 reuniões para tentativa de consensualização do orçamento para 2017 não resultou nem foi evidente nenhuma maioria que defendesse este orçamento pobre. Ao revés, houve propostas expressas que permitiria fazer no ano o que poucas vezes se fez no nosso concelho.

2.º - Numa fase inicial dessas reuniões, pareceu mesmo que existiria uma maioria que suportaria esse orçamento audaz. Vá-se lá saber porque é que se disse agora que a maioria queria algo como o que é apresentado.

3.º - O planeamento financeiro é condição fundamental para realizar investimentos. Contrariamente às empresas privadas – e bem – as entidades públicas não podem utilizar nos primeiros meses do ano o saldo de gerência transitado do ano anterior. Este facto é do conhecimento de todos. Para ultrapassar este imperativo legal as entidades públicas, como a nossa, que tem grande capacidade de financiamento (superior a 25 milhões de euros) deve utilizar esta ferramenta para aumentar a capacidade de execução na realização dos investimentos. Se tivéssemos feito isto teríamos a capacidade de maximizar as receitas dos muitos milhões de euros disponibilizados pelos programas 2020. Não o fazendo, como aconteceu em 2016, estaremos limitados apenas às nossas receitas normais.

Qual a diferença? Como exemplo conseguiríamos realizar investimentos no concelho em 2017 donde resultasse uma taxa de cobertura de saneamento próxima de 100%, utilizando as comparticipações do programa 2020.

Para isso era necessário o orçamento audaz a que atrás me referi. Com o que agora aprovamos teremos mais do mesmo e ficaremos todos contentes com o lançamento de 2 ou 3 projetos de saneamento.

Por tudo isto, porque não votei contra?

1 – Porque quero dar todas as condições aos membros que constituem o executivo permanente, para realizar um trabalho de excelência.

2 – Porque em fim de mandato é fundamental que não se repitam as “novelas” do orçamento de 2016 e da revisão do orçamento de 2016.

3 – Porque o concelho merece progredir mais do que aquilo que tem sido hábito.

O que espero do executivo permanente?

1 – Um fim de mandato sem desculpas para justificar a baixa capacidade de realização e execução. A título de exemplo, refiram-se os dados apurados até ao dia de hoje: uma taxa de execução das despesas de capital vergonhosa de 17,7%.

2 – Um início de novo ciclo com mudança de metodologia que permitirá aos vindouros executivos uma assertividade maior e capacidade de levar o nosso concelho para a posição cimeira que reclamamos e merecemos no panorama nacional.

3 – Que a vitimização não “gaste” o tempo preciso que é necessário a uma boa governação.

Por nós, + Concelho, oposição, colaboraremos sempre para que seja possível a revolução interna da Câmara Municipal e a mudança do paradigma que tem sido a nossa divisa.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A conduta demonstrada pelo executivo permanente nesta proposta de orçamento é muitíssimo preocupante, e reveladora da sua postura, face aos deveres de quem gere o

Município da Marinha Grande. Argumentar na fundamentação estratégica e política, que “este não é o orçamento que desejavam apresentar”, é assumir que este orçamento não é o que convém para o concelho.

Por esta posição não seria de estranhar que o Sr. Presidente e a Sra. Vice-presidente, apesar de o apresentarem, como “não resulta das suas opções”, se sintam contrariados e naturalmente o votassem contra.

Assumir que este orçamento considera “apenas ações que já deviam ter sido realizadas durante o ano de 2016”, é certificar a inação de quem comandou a câmara nos últimos anos, ou seja, os mesmos que hoje estão no executivo permanente. Afirmar que não têm qualquer alternativa dada “a exigência da maioria dos vereadores” e também as “próprias regras das finanças locais”, é recusar o sistema democrático, pretendendo governar sozinhos, omitindo os restantes eleitos pelo povo, e, preferencialmente, com leis elaboradas pelos próprios, que permitam ter as suas próprias regras.

Afirmam que se o orçamento for aprovado “não se revêem na sua filosofia, nos seus princípios” e que serão “forçados” a executá-lo.

Quando nem os próprios que elaboraram o orçamento nele acreditam, como poderemos nós aprovar estes documentos previsionais para 2017?

Este executivo não tinha vontade de elaborar o orçamento de 2017 e era isto que se pressentia, quando após duas reuniões em Outubro, não voltámos a discutir o orçamento 2017. Foram agendadas outras reuniões informais, mas decidiram discutir outros assuntos, que, embora importantes, não deveriam ser as prioridades no momento.

Os sucessivos orçamentos têm tido taxas de execução baixíssimas, com o consequente incremento do saldo de gerência. Não basta orçamentar, tem de se executar.

Este executivo permanente e o grupo que o acompanha, não tem uma VISÃO para a Marinha Grande, e demonstram incapacidade para gerir a nossa autarquia. Em Dezembro de 2015 o Prof. Augusto Mateus entregou à Câmara a Carta Estratégica de Desenvolvimento para o Concelho da Marinha Grande. Em Julho o Sr. Presidente facultou-nos o documento. O Sr. Presidente nunca quis agendar este documento para apreciação da câmara. Devíamos tê-lo feito antes da elaboração do orçamento 2017.

Em suma, e da análise dos documentos apresentados, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos.

Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“O executivo permanente do Partido Socialista não pára de nos surpreender. Assistimos, na realidade, a uma situação que não julgava possível acontecer, isto é, o filho bastardo do Sr. Presidente da Câmara é rejeitado na sua plenitude. O Sr. Presidente fê-lo e rejeita-o. É completamente incompreensível como o executivo permanente apresenta uma proposta de documentos previsionais e ao mesmo tempo o Sr. Presidente da Câmara afirma que “este não é assim o orçamento que este executivo desejaria apresentar”, “este não é o orçamento que resulta das suas opções” e “este não é o orçamento que este executivo desejaria apresentar porque o mesmo apenas considera acções que já deveriam ter sido realizadas” e “este é o orçamento que é possível”, além de outras considerações menos abonatórias deste filho com tanto de ilegitimidade.

Mas o executivo permanente do Partido Socialista não se ficou por aqui, na verdade apresentou-nos de véspera um documento com mais de 450 páginas para que hoje pudéssemos decidir e decidir bem. Para que a nossa decisão seja o mais acertada possível é necessário tempo para estudarmos os documentos. Perguntamos se é possível a alguém tomar decisões sem conseguir estudar os documentos que lhe são apresentados. No entanto, importa sublinhar que não é este o grande problema dos documentos previsionais. Estes documentos são importantes e fundamentais porque devem definir as grandes opções em termos de desenvolvimento e as necessárias imputações financeiras para que se possa levar à prática uma gestão do Município.

Constatamos que é esta incapacidade revelada de há anos de fazer obra que ela se manifesta agora sobremaneira. Corremos riscos acrescidos e já anunciados de pintura de asfalto a escuro, procurando enganar os menos acautelados, como corremos igualmente riscos de gastos sumptuosos para algumas iniciativas com carácter eminentemente eleitoralistas. Aliás, é o próprio Sr. Presidente da Câmara que faz questão de lembrar no texto que 2017 é ano de eleições autárquicas.

As preocupações que evidenciamos fundamentam-se essencialmente nas baixas execuções de 2016 e que se vão refletir também no presente ano. Esta incapacidade de execução de há anos demonstrada pelo Partido Socialista encontra-se perfeitamente espelhada naquilo que têm sido os sucessivos saldos da conta de gerência.

Se no ano de 2016 o saldo da conta de gerência apresentou um valor de cerca de 7,5 milhões de euros, prevê-se que para o próximo ano este valor atinja os 13 milhões de euros.

Importa igualmente sublinhar que o Partido Socialista nada aprendeu no relacionamento com as restantes forças políticas. As críticas que faz do seu próprio orçamento e as apreciações negativas que faz a algum do trabalho colectivo desenvolvido são a prova evidente desta incapacidade de diálogo.

O nosso sentido de voto assume dois aspetos essenciais:

- 1 – Ser indiciador das nossas dúvidas e das nossas objeções e das nossas críticas.*
- 2 – Proporcionar ao executivo permanente do Partido Socialista condições para que possa, apesar das suas limitações, desenvolver as mais diversas actividades e investimentos em benefício dos marinhenses e do concelho da Marinha Grande.”*

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Estas declarações de voto que acabaram de proferir são duras e injustas!

Como é que uma revisão ao orçamento aprovada a 28 de outubro, poderá resultar de obra feita?

Foram 6 meses sem poder fazer projectos, ou obras.

Foi meio ano a fazer modificações para poder gerir da melhor forma possível, os investimentos dos primeiros 6 meses. Ficámos impossibilitados de fazer projectos e de realizar obras. Passámos 6 meses a negociar o que poderia ser consensual.

Assim não é possível gerir bem, nem fazer um planeamento adequado. É limitar a ação da Câmara. A eficácia é feita de acordo com a disponibilidade financeira do executivo, e não com permanente contenção e inviabilização de propostas apresentadas pelo executivo permanente. O próximo ano que se avizinha com a aprovação deste orçamento não vai ser fácil. Algumas candidaturas ao 2020 estarão em risco. Obras como a creche social podem estar também em risco.

O tempo que se leva a aprovação do que quer que seja, numa tentativa permanente de consensualizar opiniões (somos 2 em 7) torna morosa e difícil a execução de obra e o desenvolvimento do concelho assim como o cumprimento do programa eleitoral, com o qual nos candidatámos e fomos eleitos para ser poder.

Votei favoravelmente pois não havia nesta data outra possibilidade de apresentação de qualquer outro orçamento.

Mas estas não seriam as minhas opções, pois lamento que mais uma vez as verbas existentes na Câmara não sejam aquelas possíveis de verter para o orçamento e que mais uma vez vão inviabilizar a execução daquilo que teríamos capacidade de fazer.

Espero que este executivo camarário não volte a referir a baixa capacidade de execução, quando não tem deixado outra alternativa, quando tantas limitações e suspeições tem lançado. Como estamos em época de votos, desejo que o próximo ano possa trazer atitudes diferentes. Assim o espero. Que seja de assunção de responsabilidade e que nos deixem governar.

Se existem verbas de saldo de conta de gerência é por haver uma boa gestão, acusam de errado mas não deixam que estejam vertidas na revisão tendo-a arrastado até ao limite, para inviabilizar a realização de obras.

Acusam-nos de gastos sumptuosos – onde estão? Falar, acusar, é fácil. Tudo o que tem sido feito vem a reunião para aprovação. Quem tanto fala de visão e de incapacidade, que propostas tem apresentado? Falam em incapacidade de fazer obra, quando temos projetos feitos e não podemos lançar as obras, quando tudo contestam. É fácil e oportunista criticar permanentemente.

Vamos esperar que no próximo ano quem tanto critica possa permitir contribuir com ideias e sugestões, consensos e que ponha os interesses da terra acima dos seus próprios interesses. Oxalá!”

O Sr. Presidente subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira.

44 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

877 - Considerando que:

- a) A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) Os compromissos plurianuais são compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido (artigo 3.º, alínea b), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro);
- c) A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pode ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- d) O artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, admite a assunção de encargos em mais de um ano económico;

Atendendo a que:

- a) A autorização para a assunção de compromissos plurianuais relativa à reprogramação da execução de contratos administrativos já celebrados, não se traduz em novos encargos, mas na dilação de encargos já assumidos e em relação aos quais existe um vínculo jurídico cujo rompimento é suscetível de gerar o pagamento de indemnizações;
- b) Nos casos de reprogramação física e financeira de contratos administrativos em execução, é relevante a conformação do plano de trabalhos com a realidade física e que só após esta alteração se deve ter como genericamente autorizado o compromisso plurianual;
- c) Os encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos, cujo valor se situe abaixo do limite que sujeita os contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, correspondem à realização de despesas correntes e/ou de investimento diretamente destinadas à prossecução das atribuições municipais;
- d) Em qualquer dos casos, a autorização genérica agora concedida depende de estar previamente assegurada a inclusão das verbas devidas nas Grandes Opções do Plano, nos anos em referência;

Assim, a Câmara Municipal, com os fundamentos expostos, delibera, de acordo com o artigo 32.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, propor à Assembleia Municipal:

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- 3) À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
- 4) À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande;

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2017.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

45 - AUMENTO DO NÍVEL REMUNERATÓRIO DA CHEFE DE UNIDADE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

O **Sr. Presidente** disse que tem dúvidas que pretende esclarecer, por isso retira o ponto da ordem do dia.

46 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2015/2016 - 2.ª FASE.

878 - Presente informação nº 853/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 11/11/2016, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho será a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente o seguinte subsídio:

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida - Boavista, 2430 – 053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075761**

Total de Pedidos: 16

Valor do subsídio escolar a atribuir 485,00€ (quatrocentos e oitenta e cinco euros)

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	3	3	1	7
1ª CEB	4	5	0	9
TOTAL GERAL				16

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	150€	75€	0	225€	A/65
1ª CEB	160€	100€		260€	A/68
TOTAL AGR. NASCENTE				485€	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/65/2015 e A/68/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de dezembro de 2016, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2016/2017 - 1.ª FASE.

879 - Presente informação nº 1897/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 11/11/2016, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho é atualmente a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente o seguinte subsídio:

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida - Boavista, 2430 – 053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075761**

Total de Pedidos: 299

Valor do subsídio escolar a atribuir 9.125,00€ (nove mil cento e vinte cinco euros)

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	44	33	12	89
1º CEB	109	87	14	210
TOTAL GERAL	153	120	26	299

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	2.200€	825€	0€	3.025€	A/66
1º CEB	4.360€	1.740€	0€	6.100€	A/69
TOTAL AGR. NASCENTE	6.560€	2.565€	0€	9.125€	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/66/2015 e A/69/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2016.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio

financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2017, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.

Assunto retirado da ordem do dia.

49 - APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO, PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO SPORTING CLUBE MARINHENSE, REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO RECINTO DESPORTIVO E DA ÁREA ENVOLVENTE DO MESMO, EM 2016.

Assunto retirado da ordem do dia.

50 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORTING CLUBE MARINHENSE.

Assunto retirado da ordem do dia.

51 - APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A FESTA DA EMBRA 2016.

Assunto retirado da ordem do dia.

52 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A REALIZAÇÃO DO 3.º ENCONTRO MINIBASQUETE – 2016.

Assunto retirado da ordem do dia, por a atividade não se ter realizado.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

53 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A REALIZAÇÃO DO TORNEIO DE MINI-HÓQUEI – 2016.

Assunto retirado da ordem do dia, por a atividade não se ter realizado.

54 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE PARA A REALIZAÇÃO DO 27.º TORNEIO DE XADREZ MEMORIAL DR. JOSÉ VAREDA, DO 28.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA DE SÃO PEDRO DE MOEL, DO 3.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA “SUPER JOVEM” E DO 3.º TORNEIO DE VOLEIBOL DE PRAIA “SUPER SÉNIOR” – 2016.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira solicitou dispensa de intervir na presente deliberação, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

O Sr. Presidente declarou o referido impedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

880 - Presente informação da DCD 1/1374/2016 datada de 21 de setembro de 2016 e a candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pelo SPORT OPERÁRIO MARINHENSE, com o registo de entrada E/8171/2015, para apoio financeiro à realização do 27.º Torneio de Xadrez Memorial Dr. José Vareda, do 28.º Torneio de Voleibol de Praia de São Pedro de Moel, do 3.º Torneio de Voleibol de Praia “Super Jovem” e do 3.º Torneio de Voleibol de Praia “Super Senior”, tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 38,6 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipal.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 2.000,00€ (dois mil euros) ao SPORT OPERÁRIO

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

MARINHENSE, NIF 501417702, com sede na Rua 25 de Abril, nº 30, 2430-313 MARINHA GRANDE, para realização do 27º Torneio de Xadrez Memorial Dr. José Vareda, do 28º Torneio de Voleibol de Praia de São Pedro de Moel, do 3º Torneio de Voleibol de Praia “Super Jovem” e do 3º Torneio de Voleibol de Praia “Super Senior”, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

55 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016 - ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS.

881 - Presente deliberação de 7 de julho de 2016, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2016 e deliberação de 20 de outubro de 2016, que procedeu à prorrogação do prazo de entrega de candidaturas para 28 de outubro de 2016.

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Associação Sindical dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419	29 julho 2016

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2016.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve

continuidade desde janeiro de 2016, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarreta custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa só foi aprovado em 7 de julho de 2016.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2016 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Associação Sindical dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419	1500,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que “O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisições de materiais de apoio às aulas e despesas necessárias.”

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um actividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com actividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

56 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE.

882 - A actividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da actividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “Critérios de Financiamento à Actividade Física aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente

conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o Industrial Desportivo Vieiraense apresentou em 16 de novembro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Natação, Patinagem Artística, Atletismo, Futebol, Patinagem de Velocidade e Futsal na época 2016/2017, em anexo.

Considerando que segundo os critérios de financiamento, a modalidade de Futsal só terá apoio quando praticada em coletividades que não desenvolvam qualquer outra atividade desportiva apoiada, e que a Patinagem de Velocidade não é uma modalidade contemplada nos critérios para efeitos de atribuição de apoio.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	17.454,00 €
TOTAL		€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

57 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016 - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE.

883 - Presente deliberação de 7 de julho de 2016, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2016 e deliberação de 20 de outubro de 2016, que procedeu à prorrogação do prazo de entrega de candidaturas para 28 de outubro de 2016.

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Industrial Desportivo Vieirense	501 254 242	29 julho 2016

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2016.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2016, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarreta custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa só foi aprovado em 7 de julho de 2016.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2016 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Industrial Desportivo Viegense	501 254 242	1.500,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade

física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que "O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisições de materiais de apoio às aulas e despesas necessárias."

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos."

58 - APOIO FINANCEIRO AO IDV - INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE, PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PROVA DE ATLETISMO.

884 - Presente informação da DCD I/1948/2016 de 16 de NOVEMBRO DE 2016 e candidatura apresentada em 28 de setembro de 2015 pelo IDV-INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE, com o registo de entrada E/8192/2015, para realização de uma prova de atletismo, de acordo com os documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 33,6 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Uma vez deliberada a admissão da candidatura pela Câmara Municipal, ficou seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização do evento;

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto, até agora e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos e não podendo ser imputada, agora, aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 500€ (quinhentos euros) ao IDV-INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE, NIF 501254242, com sede no Estádio Albano Tomé Feteira, Rua de Leiria, 2430-773 Vieira de Leiria, para realização de uma prova de atletismo, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

59 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2016 - DELEGAÇÃO DISTRITAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON.

885 - Presente deliberação de 7 de julho de 2016, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2016 e deliberação de 20 de outubro de 2016, que procedeu à prorrogação do prazo de entrega de candidaturas para 28 de outubro de 2016.

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550	6 setembro 2016

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.
Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2016.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2016, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarreta custos.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando que o programa só foi aprovado em 7 de julho de 2016.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Propõe-se a parceria com a entidade acima identificada e a atribuição de um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano de 2016 e despesas necessárias à implementação do programa desde que devidamente fundamentadas.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550	1.500,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que “O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos, aquisições de materiais de apoio às aulas e despesas necessárias.”

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

6o - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO.

886 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os “*Critérios de Financiamento à Atividade Física*” aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro apresentou em 13 de outubro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Ténis de Mesa na época 2016/2017, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
SOCIEDADE DE BENEFICIÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO	501623051	700,00 €
TOTAL		€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

Na sequência desta deliberação, o Sr. Vereador Vítor Pereira requereu o seguinte:

"Solicito que me sejam apresentados os cálculos do valor do apoio."

61 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORT LISBOA E MARINHA.

Assunto retirado da ordem do dia.

62 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL - DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE.

887 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os *“Critérios de Financiamento à Atividade Física* aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos–programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que a Associação de Ensino e Promoção Social - Desportivo Náutico da Marinha Grande apresentou em 27 de outubro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Natação na época 2016/2017, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL - DESPORTIVO NAUTICO DA MARINHA GRANDE	501089721	1.500,00 €
TOTAL		€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa ação concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas

de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

Na sequência desta deliberação, o Sr. Vereador Vítor Pereira requereu o seguinte:

"Solicito que me sejam apresentados os cálculos do valor do apoio."

O Sr. Vereador Carlos Logrado requereu o seguinte:

"Pretendo ter acesso às contas do Desportivo Náutico da Marinha Grande."

63 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – EAS – ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRANDE.

888 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os *“Critérios de Financiamento à Atividade Física* aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o E A S – Academia Futebol Marinha Grande apresentou em 29 de setembro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futebol na época 2016/2017, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para

deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
E A S – ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRANDE	509495281	9.892,00 €
TOTAL		€

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

64 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – STIV-SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

889 - Presente deliberação de 21 de novembro de 2016, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Trata-se de projeto e objetivos com uma grande e comprovada abrangência de tipos de público, que envolvem várias entidades na sua concretização, congregam um grande número de recursos e participantes e têm também custos elevados de realização.

Considera-se assim que se trata de objetivos e projeto de elevado interesse histórico /municipal, pela forma como envolvem a comunidade e os agentes culturais do concelho e promovem o concelho ao nível local e nacional razões pelas quais se entende que devem ser apoiados nos montantes propostos.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais acima indicadas, considera-se atribuir o seguinte apoio financeiro, relativo a atividades a desenvolver em 2017, a pagar em 2016:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8320/2016	STIV – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	501082832	28,6	500,00 €

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder:

Ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, o seguinte apoio financeiro, a pagar em 2016:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
STIV – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	501082832	28,6	2015/A/176	500,00 €

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cuja minuta se anexa.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato-programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção. Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente mas considero uma afronta ao movimento operário vidreiro, ao seu sindicato e à população da Marinha Grande a atribuição de uma verba de 500€.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu esta declaração de voto.

65 - E/9898/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

890 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9898/2016, datado de 28/11/2016, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua de Porto de Mós, ligar de Trutas, Rua 5 de Outubro, n.º 3, lugar de Amieirinha e Rua Carlos da Silva Couceiro (EB 1 Francisco Veríssimo), lugar de Ordem, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 11,50 metros de tapete betuminoso, 7,00 metros de calçada de paralelos, 1,50 metros de calçada portuguesa e 0,50 metros de terra/*tout-venant*.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 14/12/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala num total de 11,50 metros de tapete betuminoso, 7,00 metros de calçada de paralelos, 1,50 metros de calçada portuguesa e 0,50 metros de terra/*tout-venant*, o para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua de Porto de Mós, ligar de Trutas, Rua 5 de Outubro, n.º 3, lugar de Amieirinha e Rua Carlos da Silva Couceiro (EB 1 Francisco Veríssimo), lugar de Ordem, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos e a calçadinha portuguesa deverão ser repostos nas devidas condições;**
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;**

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
22/12/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No final da reunião o **Sr. Presidente** distribuiu a todos os membros do executivo um *dossier* com o resultado do inquérito sobre o Mercado Municipal.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

891 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
